

ATA da Reunião Ordinária da CPPD - Número 03/2026 (30/03/2026)  
(Portaria CBGO/IFRS nº 189, de 22 de agosto de 2025)

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 13h30, reuniram-se na sala de reuniões do bloco K os membros da CPPD (Portaria CBGO/IFRS nº 189, de 22 de agosto de 2025) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* Bento Gonçalves. Estiveram presentes na reunião os docentes: Thyago Salvá, Vinicio Luis Pierozan, Marleide Costa Canizares e, remotamente, Karine Pértile, Fernanda Zorzi, Maria Amélia Agnes Weiller e Carlos José de Azevedo Machado. Também participaram da reunião, presencialmente, Melânia Lazzari Rigo, docente da área de zootecnia e Leonardo Alvarenga Pereira, Diretor de Desenvolvimento Institucional, convidados pelo presidente da CPPD, Thyago Salvá. A reunião foi conduzida pelo presidente da CPPD, abrindo espaço de fala para Leonardo, que apresentou alguns estudos sobre o desenvolvimento do *campus* Bento Gonçalves. Para tal, apresentou dados sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Leonardo destacou que algumas decisões foram tomadas pela gestão objetivando um alinhamento com o IFRS e não somente com o *campus*. Leonardo também agradeceu o apoio da CPPD neste processo, em especial no estudo de carga horária docente, além de destacar que os membros do colegiado conhecem melhor as definições. Em sua fala, Leonardo informou aos presentes que ocorreu uma ouvidoria do Ministério Público em relação a uma ata que constava como que se deu o processo de decisão de uma vaga docente na área de Informática, segundo Leonardo o Ministério Público solicitou a análise e no entendimento dele a decisão pareceu acertada. Na apresentação, o representante da DDI apontou que se deu prioridade aos cursos técnicos, pois se precisa também viabilizar os recursos financeiros para o *campus* e os cursos mais relevantes são os técnicos integrados. Assim, são necessárias vagas docentes principalmente nas áreas propedêuticas. Leonardo explicou que as matrículas correspondem a 90% do orçamento financeiro para o *campus* e os outros 10% se referem a outros indicadores. Foi informado que faltam vagas para atingir os 50% de alunos matriculados nos cursos técnicos, de acordo com a lei de criação dos IF. Os cursos técnicos têm se mantido constantes nos últimos anos, já no ensino superior está ocorrendo uma queda significativa de matrículas. De 2023 em diante, todas as vagas no ensino técnico integrado foram preenchidas. Já no ensino superior, não foi possível preencher todas as vagas ofertadas. Melânia complementou informando que o curso de bacharelado em Agronomia constitui exceção, tendo preenchido as 30 vagas no último processo seletivo. Na sequência, Leonardo informou que no PDI do *campus* Bento (2024-2028) está previsto a duplicação dos cursos técnicos de Administração e Informática para Internet para 2027 e, em 2028 do curso Técnico de Viticultura e Enologia, e também está sendo projetado um curso técnico integrado, provavelmente voltado para o eixo de produção alimentícia. Assim, diante dessa projeção, é necessária a abertura de mais 120 vagas para atingir o percentual de 50% de vagas em nível técnico e, em 2031, seriam 360 vagas a mais nos cursos técnicos. Esses dados fazem parte de um estudo da DDI. Assim, foram solicitadas 12 vagas para docentes à PRODI para dar conta da demanda, usando como base a Portaria MEC 713/2021, que define o *campus* Bento Gonçalves como agrícola tendo, portanto, direito a 150 vagas docentes, sendo que atualmente o *campus* tem 125 docentes efetivos. Leonardo informou que no dia 26/12/2025 a DDI, juntamente com o diretor geral do *campus*, Rodrigo Otávio Câmara Monteiro, elaborou um ofício, que se embasou nos dados da planilha feita pela CPPD com a carga horária docente para solicitar três novas vagas docentes para o *campus*, as vagas foram solicitadas em três áreas propedêuticas (Educação Física, Geografia e Letras). A justificativa apresentada citou as áreas, com base na carga horária

das propedêuticas. As vagas foram conquistadas. Em seguida, foi apresentado o cenário para 2026, em que a PRODI determinou que cada *campus* terá direito a uma vaga de Professor Visitante, para substituição do Diretor de Ensino, mas no *campus* Bento Gonçalves, esta particularidade não é necessária, pois a carga horária da Diretora de Ensino não é considerada alta. A área do Professor Visitante será determinada pela gestão. Leonardo salientou que a gestão do *campus* está alinhada para atender as demandas do ensino e com a Reitoria para viabilizar o PDI. Nesse sentido, a Reitoria sinalizou que o PL de distribuição de vagas para a educação será de 16.000 de vagas e deste quantitativo, 9.000 serão para docentes para a Rede Federal. Foram solicitadas três novas vagas para técnicos (Médico Veterinário, Analista de TI e Contador) para o *campus*. Na sequência, Salvá relatou que tinha sido elaborada uma planilha com a carga horária docente que foi compartilhada com as coordenações dos cursos, a direção de ensino e a CPPD. As coordenações que preencheram a carga horária docente por área. Maria Amélia solicitou informações sobre as matrículas dos cursos superiores, Leonardo informou que as informações serão atualizadas em breve. Marleide questionou se hoje seguem as instruções da IN IFRS 02/2021 para os casos de remoção e redistribuição de vagas docentes e se é um alinhamento institucional o que consta na Ata da CDRP 02/2026, que abordou sobre a distribuição e redistribuição. A professora Karine, representante da CPPD na CDRP, afirmou ter sido uma decisão da CDRP, e que realmente não é uma decisão institucional, e que fará a solicitação para uma errata da ata. Maria Amélia Agnes Weiller pediu a palavra e relatou que os alunos vêm pro Instituto Federal pelo Ensino Médio. Leonardo complementou que para os cursos serem encerrados no *campus* tem que ser apresentadas as devidas justificativas, se encaminha o curso para extinção e depois se fecha a oferta. Leonardo também acrescentou que o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos está com pouca demanda por parte de alunos, nesse sentido, se tem a ideia de abrir um curso técnico integrado em uma área afim, e que também está sendo feito um estudo com a comunidade sobre a demanda. Thyago complementou que as decisões tomadas na CPPD são levadas para a CDRP. Melânia abriu espaço de fala e relatou que a decisão de vacância fica a cargo da CPPD, tendo como embasamento a ata 10, da reunião da CDRP. A docente acrescentou que foi enviado um e-mail informando da vacância em outubro de 2024, e a partir de então se começaram as discussões em relação à vacância do professor Giovani Farina, foram realizados encontros, discussões e se chegou à conclusão que se deveria abrir um edital para contratar um professor substituto. Assim, foi lançado um edital e o professor substituto foi contratado e entrou ministrando os componentes curriculares que o professor Farina ministrava enquanto docente. Melânia informou aos presentes que também foi organizado um manifesto, que foi enviado para a Direção Geral, Direção de Ensino e CPPD em 19/12/2025. A professora relatou que a demora para resolver este caso de vacância é uma situação bastante desgastante. Melânia destacou que o *campus* Bento Gonçalves é essencialmente agrícola, possui uma agroindústria, vinícola e granja. A docente também apresentou aos presentes como a área da zootecnia funciona, hoje com quatro docentes, apontando que foi contratado um professor substituto, que ficou responsável com a parte que o professor Giovani Farina atuava. Também relacionou os componentes destinados à cada docente da área: Melânia (forragicultura, bovinocultura de corte e ovinocultura com técnico e agronomia; piscicultura agronomia); Maria Amélia (bovinocultura de leite com técnico e agronomia; nutrição e todas as progressões com técnico); Marleide (suinocultura com técnico e agronomia; cunicultura, piscicultura, equinocultura e apicultura com técnico; apicultura com agronomia); Farina (avicultura com técnico e agronomia; nutrição, bromatologia e agricultura de precisão com agronomia; matérias primas de origem animal com tecnologia em alimentos) e Genética com agronomia cada um trabalha sua área. Melânia informou também que os docentes do curso possuem demandas referentes ao portal do Comitê de Ética Animal para agendar as aulas práticas e visitas técnicas, projetos, e que é necessário preencher um formulário,

depois aguardar a resposta e somente posteriormente se passa a executar a ação, que culmina com a escrita do relatório final. Dentro do *campus* é só a área da zootecnia que faz esse processo junto ao Comitê. Também foi colocado que os professores da área fazem parte de um comitê. A professora acrescentou que dois técnicos estão atualmente afastados da granja e isso compromete o trabalho dos professores e, para dar conta da situação, os docentes da área junto com os alunos estão auxiliando para a realização das atividades. Foi pontuado que o setor da piscicultura está degradado e precisa ser reestruturado. Melânia falou que vai com os alunos para a granja para melhorar as condições de pastagem e a alimentação dos animais. Leonardo apontou com os custos com a ração e questionou se não é suficiente, uma vez que não tem conhecimento na área. Melânia esclareceu que a alimentação varia com as espécies. Aves e suínos se alimentam somente de ração. Ruminantes com ração e pastagem. Marleide acreditou que quando maior a produção mais dilui os custos. A Professora Maria Amélia pediu a palavra e enfatizou que tem que ter alguém que mude a visão sobre a granja para que ela não seja vista somente como um custo. Melânia acrescentou, que os docentes juntamente com os alunos ajudam nas quartas e sextas-feiras em horários que não são letivos na granja. E que a granja contribuiria com o Curso Técnico de Agroindústria. A docente informou que em sala de aula as turmas do curso Técnico em Agropecuária aumentaram em 10 vagas a oferta e do Curso Superior de Agronomia fechou o número de alunos matriculados nas vagas oferecidas. Foi destacado, ainda pela docente, que a IN 02/2021 traz os critérios para a definição de vagas docentes e que a área cumpre todos os critérios previstos. Primeiro, planejamento do PDI institucional, com previsão do curso de agroindústria. Segundo: atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos quais a área atua. Melânia enfatizou que a sua carga horária de trabalho no ensino é alta, e que a planilha compartilhada aponta somente horas de sala de aula e não aborda as orientações de alunos no estágio curricular obrigatório. Terceiro: relação aluno/professor, a professora relatou, que embora os dados considerados pela normativa são os oficiais, considerando uma média de 15 alunos por semestre na agronomia e 60 por ano no técnico somam-se 330 dividido por 4 docentes da área, cada um atende 82,5 alunos. Quarto: Melânia frisa o item especificidade, e destaca que a normativa é clara, que esta deve ser vista antes da carga-horária média, e da relação professor/aluno, A docente destacou ainda que a área não diminuiu o quantitativo de alunos, não reduziu componentes curriculares e dá base para o sustento do *campus*. Por fim, sustentou que atendem também a verticalização (curso Técnico e Superior). Salvá reiterou que o aumento de vagas em 2023 abrangeu todos os cursos técnicos, não se restringindo à Agropecuária, retornando à normalidade em 2024. Em seguida, falou sobre o processo de vacância, e que tem professor substituto atuando no momento na área, explicou como se deu o processo e complementou relatando que também ocorreu situação semelhante na área de Informática. Salvá lembrou que, diferente da gestão anterior, a manifestação das áreas deixou de ser apenas por e-mail para ocorrer diretamente nas reuniões. Maria Amélia pediu fala e enfatizou que o município, bem como, a região são fortes no agro, com destaque para diferentes setores como a suinocultura, a produção leiteira. Marleide pediu fala e informou que a área de zootecnia tem legislação específica para atuar junto aos animais (CONCEA), e que são necessários cuidados com os alunos para ministrar as aulas, situação que demanda responsabilidade sobre os docentes, e que se algo der errado os professores têm que responder sozinhos, não recebem apoio da instituição. Questionou: qual outra área tem esta mesma égide legal? A docente relatou que os professores da área trabalham o ano inteiro para poder ministrar as aulas práticas, que estão ajudando na manutenção dos setores, e não tem muitas vezes o equipamento adequado à disposição, e nem pessoal. Destacou que utiliza os turnos livres das turmas para realização das aulas práticas. Marleide acrescentou que há demandas para as aulas práticas que exigem mais trabalho e não há pessoal suficiente para acompanhar as aulas na granja e que este trabalho não está institucionalizado. A professora destacou que na

avicultura todo o processo de alojamento de aves só aconteceu quando tinha professor. Que são quatro cadeias produtivas diferentes, com diferentes normativas, com manejos nutricionais diferentes. Complementou que para atuar com cada uma das espécies de produção animal, é necessário comprovar experiência técnica, com necessidade de validação a cada cinco anos, e que inclusive a instituição deve oferecer para todos os professores da área capacitação técnica dentro de sua própria área. Melânia, pediu fala e informou que existe uma responsabilidade legal pelos alunos ao irem para a granja, que a inclusive o próprio sistema já exige concordância quanto a assumir essa responsabilidade legal, o que acarreta responsabilidade do professor, tendo que ter cuidado com os alunos, amparo nas aulas e responsabilidade ao ir para a granja fazer uma aula prática. Melânia acrescentou que já solicitou ao pessoal do Pedagógico para acompanhar a atividade prática, com o intuito de compreenderem como funciona todo o processo. Na sequência Leonardo complementou, a partir das colocações da professora Marleide que nas diferentes áreas também chegam demandas para melhorar a infraestrutura do *campus* como os laboratórios, a vinícola, para que de fato os docentes possam dar uma aula com qualidade. Marleide enfatizou que com animais não podemos correr risco, que nos protocolos inclusive temos que pensar em dividir as turmas, destacando as especificidades na área de zootecnia. Maria Amélia destacou que todas essas atividades extras, inerentes da área, não aparecem em planilhas de cálculo de horas de sala de aula, inclusive convidando a todos para participar das atividades e conhecer um pouco mais da realidade da área. Salvá perguntou à profa Melânia se ela havia sido aprovada no mesmo concurso/área que o prof. Farina, ao que ela confirmou que sim. Em seguida, questionou a profa. Maria Amélia, que informou ter passado para a área de Zootecnia/Medicina Veterinária. Salvá explicou que, por não ser da área, não no mérito de concursos diferentes e especificidade, e que no caso de um único docente em um cargo, caberia a área indicar se outros conseguiriam ou não atender às disciplinas. No entanto, ressaltou que se dois docentes passaram no mesmo concurso e prova, entende-se que ambos atendem à mesma demanda do campus. Salvá abordou o tópico da especificidade e levantou o questionamento “As disciplinas sem o Farina ninguém consegue ministrar?”. O docente destacou que no edital do concurso realizado pelo professor Giovani Farina não há “especificidade”, sendo que a vaga foi destinada para “Zootecnia”. Melânia relatou aos presentes que os professores se organizaram em áreas específicas dentro da área de zootecnia. Maria Amélia pediu a palavra e mencionou que a questão da especificidade está presente na ata 06/2024 realizada pela CPPD e que a comissão anterior entrou em contato com diferentes órgãos para entender o que é especificidade, e destacou que a ata traz em retorno que quanto a especificidade, deveria ser considerado o entendimento das áreas. Carlos pediu a palavra e relatou o seu entendimento acerca da vacância, que se tem um professor substituto atuando na área, depois que ele sai, o docente que entrará deve assumir as mesmas disciplinas. Salvá acrescentou que tem uma IN (02/2021) para dar suporte e que não é algo automático o processo de ocupar a vaga numa situação de vacância. Melânia pediu a palavra e disse que gostaria de saber o porquê a Zootecnia não merecia a vaga. Salvá esclareceu que em nenhum momento se afirmou que a área não merecia e ressaltou que a análise deve considerar o campus como um todo e entender que outras áreas podem apresentar necessidades maiores. Melânia complementou que entende que tem áreas que

precisam, mas que não adianta “tapar um furo e abrir outro”. Após o posicionamento do presidente da CPPD Leonardo e Melânia saíram da reunião para que os presentes dessem seguimento. Salvá pediu a palavra e falou da reunião realizada com os coordenadores de curso em 2025 sobre a planilha da carga horária por área e disse que a planilha foi enviada para os mesmos, para preenchimento. Thyago abordou as disciplinas ofertadas pela área da zootecnia e os e-mails recebidos pelas coordenações de curso. O e-mail recebido da área de agronomia sobre as disciplinas de Vivências Extensionistas e Planejamento Agrônomo de considera toda a área para a agronomia o que dá a entender que todos os professores da agronomia podem atuar na disciplina que é compartilhada com a zootecnia. Salvá abordou que não se tem uma métrica para avaliar os 12 períodos e que pelo e-mail recebido, não tem como fazer a divisão. Além disso, conforme consta no e-mail, a coordenação informou que a ideia da Comissão de Revisão do PPC é a realização de rotatividade de professores, possibilitando a participação de todos os docentes do curso, independente da área. Em seguida, Thyago destacou o e-mail recebido da coordenação do curso técnico em agropecuária que endossa os argumentos da professora Maria Amélia em relação às atividades no Ensino Médio Técnico Integrado em Agropecuária. Na sequência, Maria Amélia explicou como funciona a disciplina de Planejamento Agrônomo, em que os alunos vão (trabalhar) em uma propriedade buscando entender como que ela funciona e que a carga horária de 250h vai demandar muito trabalho e que as duas disciplinas de progressão não foram contabilizadas na planilha. Thyago enfatizou que a planilha foi enviada para as coordenações preencherem, e que a carga horária da disciplina dá 0,66h por ano. Maria Amélia relatou que os professores da zootecnia não receberam a planilha e não foram consultados. Marleide pediu fala e informou que a progressão é feita nas horas livres, e é neste momento também que ocorrem as atividades práticas em Tuity, para dar conta das demandas como os projetos de Ensino, e também para viabilizar as aulas práticas... Os docentes Vinício, Karine e Marleide expressaram que seriam a favor de retirar da planilha a progressão para agilizar o processo, tendo em vista que somente a matemática tinha preenchido a planilha neste quesito, o que foi aceito pela comissão, Salvá fez uma simulação na planilha adicionando a nova vaga, simulando a distribuição da vaga para as diferentes áreas. Marleide acrescentou que em 2028 tem a possibilidade de abrir o curso técnico em agroindústria, o que vai demandar mais profissionais da área da zootecnia. Salvá lembrou que não tem como colocar a oferta de um curso na planilha que não existe matriz curricular. Maria Amélia pediu a fala e colocou que se tem que levar em consideração os quatro tópicos constantes na IN como a carga horária em ensino, pesquisa e extensão, a relação aluno-professor, o critério de especificidade, a verticalização da educação nos Institutos Federais e destacou que a CPPD já participou de situações semelhantes como a discussão da vaga de vacância da área de Informática, quando se levou em consideração o critério especificidade, definido pela área, e que caso, tomássemos uma decisão diferente neste momento estaríamos infringindo situações jurídicas, legais. Nesse momento, Salvá abriu espaço para os presentes manifestarem o seu entendimento a respeito da vacância, se a vaga permanece ou não na área. Carlos entende que a vaga deve ficar na área da zootecnia. Se manifestou via telefone, pois tinha saído da reunião e estava dirigindo. Fernanda disse que no momento a vaga pode ser dedicada para outras áreas, que estão com maior demanda pela carga horária docente em sala de aula. Karine levou em consideração a carga horária e votou para que a vaga fosse direcionada para o Curso Técnico em Meio Ambiente. Maria, considerando o critério de especificidade, votou para a manutenção da vaga na área de zootecnia. Marleide votou para que a vaga seja mantida na zootecnia. Vinício votou para que a vaga seja destinada

para onde tem maior demanda de professor em sala de aula, ou seja, onde a carga horária docente é mais alta. Thyago votou para que a vaga seja destinada para onde a carga horária em sala de aula é maior, pois existe a possibilidade de expandir os cursos técnicos. Thyago explicou que a carga horária média atual no campus é 12,34 horas por docente, mas nem todas as áreas têm essa carga horária e se duplicar os cursos a carga horária vai para 14,01 horas e, portanto, a vaga deve ser direcionada para os cursos de maior demanda. Maria pediu a palavra e enfatizou que os critérios devem ser mais objetivos durante a realização do processo, que é desgastante para os professores envolvidos e para a área. Na sequência, Thyago informou que compartilhará a planilha docente com todos os docentes do *campus*, para conferência.. Se forem verificadas inconsistências por parte dos docentes, que os mesmos informem aos coordenadores de curso. Também informou que vai encaminhar e-mail para o curso de Agronomia tomar as decisões das disciplinas citadas pelas professoras da área de zootecnia, em caráter de urgência. Devido a isso, a pauta da vacância será retomada na próxima reunião da CPPD agendada para o dia 13 de abril de 2026. O processo referente ao RSC do professor Welson foi analisado e ficou decidido que será enviado um e-mail para o docente realizar os ajustes necessários. A reunião foi encerrada. Sem mais para o momento, eu, Vinicio Luis Pierozan, lavro a presente ata.



Emitido em 30/03/2026

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº Ata 03-2026/2026 - CPPD-BGO (11.01.02.11)  
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/05/2026 19:17 )  
CARLOS JOSE DE AZEVEDO MACHADO  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CEMEP-BGO (11.01.02.06.03)  
Matrícula: ###857#4

(Assinado digitalmente em 01/06/2026 09:47 )  
FERNANDA ZORZI  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CEG-BGO (11.01.02.06.02)  
Matrícula: ###131#1

(Assinado digitalmente em 31/05/2026 18:38 )  
KARINE PERTILE  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CCSLM-BGO (11.01.02.06.02.02)  
Matrícula: ###847#9

(Assinado digitalmente em 03/06/2026 14:47 )  
LEONARDO ALVARENGA PEREIRA  
DIRETOR  
DDI-BGO (11.01.02.04)  
Matrícula: ###989#8

(Assinado digitalmente em 01/06/2026 17:36 )  
MARIA AMELIA AGNES WEILLER  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CEMEP-BGO (11.01.02.06.03)  
Matrícula: ###350#7

(Assinado digitalmente em 22/06/2026 13:37 )  
MARLEIDE COSTA CANIZARES  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CEMEP-BGO (11.01.02.06.03)  
Matrícula: ###189#5

(Assinado digitalmente em 01/06/2026 07:39 )  
MELANIA LAZZARI RIGO  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CEMEP-BGO (11.01.02.06.03)  
Matrícula: ###950#9

(Assinado digitalmente em 01/06/2026 13:21 )  
THYAGO SALVA  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CCSADS-BGO (11.01.02.06.02.08)  
Matrícula: ###498#6

(Assinado digitalmente em 31/05/2026 18:34 )  
VINICIO LUIS PIEROZAN  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CEMEP-BGO (11.01.02.06.03)  
Matrícula: ###399#9